

MULHERES NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NA PESCA ARTESANAL DO LITORAL DE PERNAMBUCO

Joanna Amarante Silva Cavalcanti¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a importância das mulheres pescadoras do litoral de Pernambuco na construção dos territórios de luta e resistência. Para isso, vamos resgatar a importância das mulheres para o estabelecimento do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), importante frente de luta e resistência, bem como, compreender o ser mulher pescadora diante dos conflitos que incidem sobre os territórios pesqueiros e evidenciar o pioneirismo das pernambucanas na conquista de direitos e espaços de poder dentro da pesca artesanal, contextualizando a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e outras organizações em diferentes escalas como símbolo e materialidade do território de luta e resistência das mulheres dentro do universo da pesca artesanal. Histórico e geograficamente, foi em Pernambuco, a partir da luta das mulheres pescadoras, que foram emitidas as primeiras carteiras de pesca para mulheres no Brasil, foi nesse Estado também que a primeira mulher foi eleita presidente de colônia, e, apesar disso, há um apagamento da importância e do protagonismo dessas mulheres na construção de territórios de luta e resistência até hoje. Metodologicamente, o trabalho possui um caráter qualitativo e tem como base a análise bibliográfica, de dados e de entrevistas concedidas por lideranças femininas e disponíveis nas mais diversas mídias sociais. Com relação às discussões e aos resultados que serão apresentados, estes se relacionam com a importância histórica e geográfica da constituição dos territórios de luta e resistência da pesca artesanal em Pernambuco, e, como as mulheres os mobilizaram e mobilizam, sendo protagonistas nesses processos.

Palavras-chave: articulação de mulheres, conflitos, territórios pesqueiros.

RESUMEN

El principal objetivo de este trabajo es analizar la importancia de las mujeres pescadoras de la costa de Pernambuco en la construcción de territorios de lucha y resistencia. Para esto, rescataremos la importancia de las mujeres para la constitución del Consejo Pastoral de Pescadores (CPP), una importante institución de lucha y resistencia, así como destacaremos la comprensión del ser mujer pescadora frente a los conflictos que afectan los territorios pesqueros y destacando el espíritu pionero de Pernambuco en la conquista de derechos y espacios de poder dentro de la pesca artesanal, para eso vamos a contextualizar la Articulación Nacional de Pescadoras (ANP) y otras organizaciones de diferentes escalas como símbolo y materialidad del territorio de lucha y resistencia de las mujeres en el universo de pesca artesanal. Fue en Pernambuco, tras la lucha de las pescadoras, donde se otorgaron las primeras licencias de pesca a mujeres en Brasil, y también fue en este estado donde la primera mujer fue elegida presidenta de una colonia y, a pesar de esto, hay una borradora de la importancia y protagonismo de estas en la construcción de territorios de lucha y resistencia hasta el día de hoy. Metodológicamente, el trabajo tiene un carácter cualitativo y se esta basado en análisis bibliográficos, de datos y entrevistas realizadas por mujeres líderes y disponibles en las redes sociales. En cuanto a

¹ Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni/UFPE).

Os resultados que se apresentarão, estes estão relacionados com a importância histórica e geográfica de la constitución de territorios de lucha y resistencia para la pesca en Pernambuco, y cómo las mujeres los movilizaron y movilizan, siendo protagonistas de estos procesos.

Palabras Claves: articulación de mujeres, conflictos, territorios pesqueros

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, a temática e o contexto da pesca artesanal no Nordeste ocuparam uma centralidade nos debates dentro e fora da academia, bem como, nas mídias sociais e nos ambientes jurídico-políticos. Esse destaque teve como um de seus principais motivadores, o desastre-crime ambiental sem precedentes no Brasil que foi a chegada de manchas de petróleo cru no litoral nordestino e em parte do sudeste do país. O material atingiu mares, mangues e rios, territórios de trabalho e de vida das comunidades pesqueiras. Apesar de ser considerado um evento de magnitude única, historicamente, os sujeitos e sujeitas da pesca artesanal são vítimas de injustiças ambientais e conflitos que os colocam na subalternidade dos processos e territórios, inclusive pelo Estado, reforçando o que De Paula (2018) caracteriza como “Geografias das ausências”.

Ainda sobre a questão do petróleo, porém, traçando um paralelo com outros eventos de injustiça ambiental, é possível afirmar que as mulheres são as primeiras e principais impactadas por tais situações. Isso acontece porque, em grande parte das comunidades pesqueiras, devido ao tipo e aos territórios de pesca onde exercem suas atividades (manguezais, estuários, rios), as mulheres permanecem e vivenciam mais as comunidades do que os homens, que podem passar até dias em alto mar. Por isso, quando chega o mercado imobiliário aterrando os manguezais, por exemplo, elas são as primeiras e as maiores impactadas.

Nesse sentido, o presente trabalho se justifica por buscar romper com essa lógica, de ausências e invisibilidades produzidas por essas injustiças, e construir junto a esses sujeitos e sujeitas uma “geografia das emergências” (DE PAULA, 2018) que evidenciem outras maneiras de ser e estar no mundo e que possui como um dos pilares a luta e a resistência. Além disso, tanto no âmbito social quanto no âmbito científico e político, há também uma justificativa histórica, visto que a nossa sociedade é estruturalmente patriarcal, logo, as mulheres foram e são constantemente ocultadas, mesmo quando exercem papel central. No que diz respeito à ciência geográfica e as geografias da pesca, o trabalho se justifica por ampliar o olhar geográfico para essas populações subalterizadas buscando fazer uma crítica-decolonial a partir do feminino, visto que, a história como se conhece e se conta hoje é

contada a partir de uma perspectiva masculina/androcêntrica (MORENO, 2015) invisibilizando o protagonismo feminino que, no caso da pesca artesanal de Pernambuco, foi e é imprescindível para conjuntura e mobilização atual de luta dos pescadores e pescadoras artesanais.

Para isso, têm-se como objetivo principal analisar a importância das mulheres pescadoras do litoral de Pernambuco na construção dos territórios de luta e resistência a nível local e nacional. Para isso, é fundamental resgatar a importância das mulheres para o estabelecimento do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), importante frente de luta e resistência, na região, bem como, evidenciar o pioneirismo das pernambucanas na conquista de direitos e espaços de poder dentro da pesca artesanal, compreender o ser mulher pescadora diante dos conflitos que incidem sobre os territórios pesqueiros, e, por fim, contextualizar experiências de resistência em diferentes escalas: a nacional, através da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e a local, evidenciando assim diferentes símbolos e materialidades do território de luta e resistência das mulheres dentro do universo da pesca artesanal.

Metodologicamente o trabalho possui um caráter qualitativo e tem como base a análise bibliográfica, de dados e de entrevistas concedidas por lideranças femininas de algumas comunidades. Com relação às discussões e aos resultados que serão apresentados, estes se relacionam com a importância histórica e geográfica da constituição dos territórios de luta e resistência da pesca artesanal em Pernambuco, e, como as mulheres os mobilizaram e mobilizam, sendo protagonistas nesses processos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em um primeiro momento, é fundamental destacar que entendemos ausências a partir de reflexões que tem como base a colonialidade/descolonialidade. Para isso, com relação às geografias das ausências, De Paula (2018) aponta que estas decorrem mediante as lutas e disputas na produção dos territórios, onde as populações tradicionais, no nosso caso pesqueiras, são subalternizadas diante das promessas de modernização. Além disso, essas ausências se caracterizam por alguns paradigmas, são eles: paradigma do saber único, paradigma do tempo sincrônico, paradigma da inferioridade de grupos e territórios, paradigma de superioridade do global e paradigma do produtivismo.

Contudo, o já mencionado autor (DE PAULA, 2018) vai apontar caminhos para superar essas ausências através das geografias das emergências, que destacam,

principalmente, a questão da autonomia nos territórios tradicionais, no nosso caso, pescadores.

Sobre isso:

[...] as Geografias das Emergências contraem o futuro e reduzem a influência do global. Logo, expõem disputas de futuro com base nas expectativas sociais, que visam o enfrentamento do avanço da modernização sobre o território, e a recuperação da autonomia. Assim, as ausências são convertidas em instrumentos de luta, resistência e reivindicação, como possibilidades de futuro (DE PAULA, 2018, p. 417)

Assim como nas ausências, as emergências, de maneira didática, são subdivididas em: autonomia dos saberes, autonomia nas multitemporalidades, autonomia na diferença, autonomia na escala local e autonomia na produção tradicional (DE PAULA, 2018). No caso do presente trabalho, atravessaremos algumas dessas autonomias para tratar a questões das mulheres como protagonistas de suas lutas e resistências nos territórios.

Com isso, para se debruçar sobre outros conceitos que avalio fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho, considero importante avançar na a reflexão teórica pela compreensão das sujeitas, visto que o ser mulher e o ser mulher pescadora constituem uma centralidade no trabalho em questão. Historicamente, nas sociedades de caça e coleta, existia uma divisão sexual do trabalho que designava a função da caça aos homens e da coleta das mulheres, entretanto, essa separação não era pautada, como muito se pensa, na força física. Segundo Saffioti (2004), essa divisão tinha origem, especialmente, no fato das mulheres serem as responsáveis por amamentar as crianças, logo, ou elas carregavam as crianças para a coleta, o que dificultaria o trabalho da caça que precisa ser silencioso, ou deveriam realizar funções mais próximas às casas.

Além disso, nesse modelo social, não existia uma hierarquização das funções, ou seja, a função da coleta era tão importante e valorizada quanto a caça, inclusive até mais certa, visto que, nem sempre a caça obtinha sucesso. Com a consolidação de outras formas de organização social, principalmente o capitalismo, houve um fortalecimento de uma sociedade baseada em relações individualizadas, patriarcais e monogâmicas. Esse modelo chegou ao Brasil com a invasão das Américas e com o colonialismo, visto que, os povos originários conservavam uma imensa diversidade social (LESSA, 2012).

Nesse sentido, o papel da mulher na casa e na comunidade passa a ser inferiorizado por não produzir riquezas. A coleta passa a ser uma atividade complementar na dinâmica da comunidade e a mulher passa a ser a única responsável pelos trabalhos de reprodução e

cidade. A demarcação do público e do privado, que advém da estrutura social do capitalismo, fez com que o público, mais valorizado e remunerado, fosse destinado aos homens e o privado, as mulheres (KERGOAT, 2009).

Bem como no âmbito mais geral, aproximando-se do universo da pesca artesanal, é possível também perceber parte do contexto descrito, isso porque, na pesca a mulher também é responsável, historicamente e atualmente, pela coleta de marisco, crustáceos, camarão, caranguejo, etc, por ser uma atividade que mantém a mulher nas proximidades da casa e dos filhos. Sobre isso, é importante ressaltar também que o trabalho das mulheres pescadoras, que em muitos casos nem são reconhecidas como tal, é visto como uma ajuda ao dos homens (SILVA, 2017), sendo assim, inferior para os aparatos institucionais e legais (LEITÃO, 2013), visto que o Estado é reprodutor da estrutura patriarcal. É a partir desse cenário que se inicia e se desenvolve a luta e a resistência das mulheres pescadoras.

Assim como a dimensão do ser mulher e do ser mulher pescadora são fundamentais aqui, é importante destacar também que a luta e resistência das mulheres pescadoras se debruça sob o território e, principalmente, sob o território pesqueiro, sobre isso, vale salientar que o ser pescadora se caracteriza por aquilo que Haesbaert (1999) nomeia de identidades territoriais, ou seja, identidades que estão intimamente ligadas ao território e suas múltiplas facetas, visto que é o sujeito quem constrói e é construído pela dimensão territorial (vivida, percebida e concebida), nesse sentido, o ser pescadora passa pela defesa do território pesqueiro. O território é a aglutinação do ser (simbólico/material) e do ter (simbólico/material) relacionado as relações de poder que formam esse espaço mediado e delimitado por essas relações (SOUZA, 2009).

Discorrendo ainda mais sobre o conceito de território, De Paula (2018, p. 392) vai além quando define territórios de luta como “o território da resistência e da (re)existência, onde as comunidades de pescadores se reinventam para reivindicar as políticas dos povos e comunidades tradicionais”. Nesse sentido, considero que as mulheres pescadoras são fundamentais na construção e estruturação desses territórios de luta e resistência, visto que, constituem liderança e, muitas vezes, representam a grande massa nesse processo. Apesar disso, existe um ocultamento histórico do protagonismo dessas mulheres, que reside tanto no ser mulher quanto no ser pescadora, essa negação está fundada na colonialidade do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 2005) que se baseia em um sistema eurocêntrico de mundo que foi imposto na América Latina com a invasão europeia nas Américas. A colonialidade,

segundo Grosfoguel (2008) se estrutura a partir de uma interseccionalidade de diversas hierarquias que são responsáveis por:

[..] formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial, do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigurava transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. (GROSFOGUEL, 2008, p.123)

Por isso, faz-se importante evidenciar e registrar tal protagonismo que se dá tanto na esfera histórica quanto na esfera atual e cotidiana desses sujeitos e sujeitas. Por meio disto, busca-se aqui escrever uma outra geografia, que parte da perspectiva dos subalternos e dos historicamente invisibilizados, a fim de demonstrar o poder de transformação do feminino e dessas comunidades pesqueiras situadas no Sul global, bem como a diversidade de mundos que existem dentro dessa imposição da colonialidade.

Ainda nessa perspectiva decolonial, sobre os outros mundos, é importante pontuar a América Latina como um continente pluriverso (ESCOBAR, 2015) em sua dimensão ontológica, por isso, as lutas por territórios são também a luta pelo direito de manter esses outros mundos vivo (ESCOBAR, 2014) e evidenciar isso através do feminino é único e fundamental.

METODOLOGIA

A metodologia em questão se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, e, possui um caráter dialógico por estabelecer uma troca horizontal com os saberes e conhecimentos das comunidades tradicionais pesqueiras e seus sujeitos. No sentido de promover as geografias das emergências, uma importante perspectiva utilizada é a das epistemologias feministas, visto que a história, de modo geral, é contada da perspectiva dos sujeitos masculinos, por isso, afim de resgatar e valorizar o protagonismo feminino, bem como, de entendê-las como sujeitas de transformação (PICCHIO, 2012) social e do território, é importante partir dessa perspectiva das mulheres como central para o entendimento.

Com relação aos procedimentos metodológicos, o trabalho tem como base uma análise e levantamento bibliográfico e de dados sobre a temática da pesca artesanal, dos movimentos sociais na pesca artesanal e das mulheres pescadoras de Pernambuco. Além disso, utilizaremos a observação participante, que foi realizada em trabalhos de campos durante o mestrado e início do doutorado para comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco, bem como em processos grupais no âmbito dos sujeitos da pesca (assembleias de movimentos, do CPP e de associações comunitárias). Somado à isso, a utilização de dados secundários

também será fundamental, e se dará a partir de entrevistas concedidas por lideranças femininas na pesca artesanal que estão disponíveis nas mais diversas mídias sociais (YouTube, Facebook, Spotify, etc). Sobre isso, é importante ressaltar que os meios digitais foram uma importante ferramenta utilizada por movimentos sociais da pesca para manter os debates e diálogos durante o período da COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar a importância e o protagonismo de luta e resistência de mulheres no universo pesqueiro, torna-se fundamental entender desde onde se parte. Pernambuco, o recorte espacial escolhido para o trabalho em questão, é um berço de luta e de resistência da pesca artesanal, isso porque, foi em Pernambuco que surgiu uma das primeiras colônias de pescadores do Brasil, em 1919 e também onde, na década de 1960, nasceu o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) em Olinda, Região Metropolitana do Recife. Hoje, o CPP é um dos principais mediadores sociopolíticos de luta por territórios e direitos das comunidades pesqueiras, e, assim como outras pastorais no Brasil (CPT E CIMI), tem como pilar a teologia da libertação, importante vertente da igreja católica que luta e busca a justiça social para as classes mais baixas.

A partir disso, cabe ressaltar que, foi em Pernambuco, sob a liderança de uma agente pastoral, a irmã Nilza Montenegro, que o CPP passou a atuar no litoral Pernambucano, em Itapissuma. À época, diante da resistência e desconfiança dos homens da comunidade, as primeiras ações territorializadas pela pastoral no local se deram a partir das mulheres pescadoras e de suas demandas (LEITÃO, 2013). Com isso, cabe ressaltar que uma das primeiras reivindicações das mulheres estiveram relacionadas a questão do reconhecimento de seus ofícios como pescadoras.

Nesse sentido, a luta do CPP junto as mulheres de Itapissuma passou a ser pela emissão das primeiras carteiras de pesca para as mulheres, algo inédito em escala nacional e que se concretizou em outubro de 1978. Para isso, as mulheres ocuparam por 15 dias o prédio da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão até então responsável pela concessão das carteiras, e, com base no Decreto-Lei 81.653, conseguiram as 12 primeiras carteiras de pescadoras (RAMALHO, 2013).



No entanto, mesmo com o reconhecimento mais formal através do Registro Geral da Pesca (RGP), até hoje as mulheres lutam para serem reconhecidas como pescadoras artesanais, tanto dentro das próprias comunidades como pelos aparatos que garantem direitos a categoria, isso porque, na divisão sexual do trabalho na pesca, as mulheres sempre ficaram responsáveis pela pesca de coleta, ou seja, aquela realizada no mar-de-dentro, mangues e estuários, em geral, mais próximas e condicionadas a dinâmica da casa e da comunidade, ao contrário dos homens que realizam a pesca no mar-de-fora e passam, em alguns casos, dias longe do continente. Essa dinâmica histórico-geográfica faz com que, ainda hoje, as pescadoras tenham suas demandas, organizações político-sociais e seu trabalho subvalorizados. É importante ressaltar também que o trabalho das mulheres pescadoras, é visto como uma ajuda ao dos homens (SILVA, 2017), sendo assim, inferior para os aparatos institucionais e legais (LEITÃO, 2013), visto que o Estado é reprodutor da estrutura patriarcal, e, é a partir desse cenário que se inicia e se desenvolve a luta e a resistência das mulheres na pesca.

De volta ao pioneirismo pernambucano na luta e conquista de direitos femininos na pesca, foi no estado de Pernambuco também que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para presidir uma colônia de pescadores, Joana Mousinho, em 1989 pela colônia de Itapissuma, litoral norte do estado. É interessante considerar esse momento, não como um marco isolado, mas como outro fruto das lutas iniciada pelas mulheres junto com a irmã Nilza na comunidade durante as décadas passadas.

Figura 1: Joana Mousinho, primeira mulher eleita como presidente de colônia (1989)



Avançando temporalmente no debate sobre as mulheres na pesca artesanal em Pernambuco, diante da necessidade de se fortalecer e se organizar politicamente em outras escalas, um outro momento que está ligado ao trabalho do CPP na comunidade de Itapissuma e aos avanços proporcionados por anos de luta das mulheres pescadoras de Pernambuco é a fundação da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) em 2006 no Recife/PE, sob o lema de: “Na luta e na pesca: mulheres construindo direitos”. Sobre isso:

Desde o apoio da Irmã Nilza que vemos que o avanço foi muito grande. Antes, a gente como mulher nem conseguia chegar numa colônia. Hoje, muitas de nós somos até presidentes de colônias. Antes, as mulheres não podiam se aposentar, a gente tinha que esperar o marido morrer pra ter acesso à sua aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas passaram a ter direito a se aposentar. Não tínhamos direito ao salário maternidade, e hoje já temos. Só em ver o número de mulheres cadastradas nas colônias, as mulheres aposentadas e a união de grande parte das mulheres para defender os direitos, percebemos como são muitos os avanços. Com a ANP, conseguimos o contato com o Ministério da Saúde, com quem estamos debatendo as nossas doenças ocupacionais. Ainda podemos ver mulheres da pesca saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP ainda está inserida em outras articulações, como a Articulação de Trabalhadoras Rurais, o que está dando uma visibilidade muito grande para nossa luta. (Joana Mousinho em entrevista ao CPP²)

Com a ANP, as mulheres passam a se articular para uma reivindicação de direitos e mobilizações em escala nacional. Esse movimento fortalece também os diálogos e trocas entre esses sujeitos nos mais diversos territórios pelo país, o que é importante, visto que, muitas ameaças e problemáticas são compartilhadas por mais de uma comunidade pesqueiras do Brasil.

Além disso, é fundamental ressaltar que, apesar da ANP ser um marco importante, há outros tipos de resistências na escala da comunidade que, não necessariamente estão vinculadas a questão/articulação nacional de mulheres, o que mostra também a potência e relevância das mulheres na construção da resistência nos territórios da pesca artesanal no âmbito do cotidiano. Exemplo disso são o movimento das marisqueiras de Sergipe e a Casa Iyá Marisqueira, essa última sem ligação com a ANP e localizada no litoral norte de Pernambuco, no município de Igarassu.

Nesse sentido, é importante destacar também que a luta e resistência das mulheres pescadoras se debruça sob o território e, principalmente, sob o território pesqueiro, sobre isso,

² Entrevista disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/articula%C3%A7%C3%A3o-nacional-das-pescadoras-contribui%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-para-luta-das-comunidades>

vale salientar que o ser pescadora se caracteriza por aquilo que Haesbaert (1999) nomeia de identidades territoriais, ou seja, identidades que estão intimamente ligadas ao território e suas múltiplas facetas, visto que é o sujeito quem constrói e é construído pela dimensão territorial (vivida, percebida e concebida),

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa *identidade parte do ou transpassa* o território. (HAESBAERT, 1999, p. 238)

Nesse sentido, o ser pescadora passa pela defesa do território pesqueiro. Entendo o território é a aglutinação do ser (simbólico/material) e do ter (simbólico/material) relacionado às relações de poder que formam esse espaço mediado e delimitado por essas relações (SOUZA, 2009).

Discorrendo ainda mais sobre o conceito de território, De Paula (2018, p. 392) vai além quando define os territórios de luta como “o território da resistência e da (re)existência, onde as comunidades de pescadores se reinventam para reivindicar as políticas dos povos e comunidades tradicionais”. Dito isso, considero que as mulheres pescadoras são fundamentais na construção e estruturação desses territórios de luta e resistência, visto que, estas estão na linha de frente dos processos que impactam o território pesqueiro.

No caso do desastre-crime do petróleo, que em 2019 atingiu a costa do litoral nordestino, isso pode ser evidenciado pelo fato de que os produtos que em geral são comercializados pelas mulheres (mariscos, crustáceos e sururus) foram os que tiveram a mais significativa queda nas vendas, cerca de 93%, segundo Ramalho (2020).

Como já entendido, as mulheres em Pernambuco constituem liderança em diversas escalas e espaços, e, muitas vezes, representam a grande maioria presente nesses processos de luta e resistência. Apesar disso, existe um ocultamento histórico do protagonismo dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, fica claro a importância de evidenciar, cada vez mais, o trabalho de luta e resistência nos territórios das mulheres pescadoras de Pernambuco em seus territórios, visto que estas, além de ocuparem a linha de frente diante dos impactos sociais e ambientais sofrido pelas comunidades pesqueiras, possuem centralidade nas lutas e resistências locais, liderando



colônias de pescadores, associações, etc, e, nacionais, sendo sujeitas ativas nas assembleias do CPP, MPP e liderando a ANP.

É importante ressaltar também que esse protagonismo é histórico e que sua tentativa de apagamento é um projeto político e colonial de subalternização dessas mulheres e das comunidades pesqueiras que têm no seu território a base de sua vida e de suas identidades. Com isso, é preciso romper com essa lógica e evidenciar outros mundo possíveis e que já coexistem hoje através das re-existências.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 451p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

_____. **Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra**: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino/América. (documento conferência CLACSO, 2015).

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p.115-147, 2008.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, 169 – 190.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena [et al.] (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, p. 67-75, 2009.

LEITÃO, M. R. F. A. Movimentos sociais na pesca artesanal: a articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: CALLOU, A. B. F. (org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife: FASA, 2013. p. 201-222.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: Reflexões e práticas de transformação feminista, MORENO, Renata (org.). São Paulo: SOF – **Sempre Viva Organização Feminista**, p. 43-74, 2015.



PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.) *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*, São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, p. 13-28, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): A força de um mediador sociopolítico. In: **Movimentos sociais na pesca** / Angelo Brás Fernandes Callou (org.) – Recife : FASA, 2013. 285p.

_____. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. **Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental**; deve ser indicado o volume nº 11, Recife, p. 01 - 10, 03 jan. 2020. Link de acesso: <https://www.coletiva.org/diversidade-socioambiental-n11>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SILVA, Suana Medeiros. Território Pesqueiro de Uso Comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB PE. 270p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pernambuco, 2017.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.